

Opções econômicas do Presidente

João Paulo de Almeida Magalhães

O Presidente Sarney se acha diante de um duplo problema: conter a inflação e neutralizar a tendência recessiva que se delineia de forma cada vez mais clara. Em termos econômicos, as opções são claras.

As fortes pressões inflacionárias que caracterizam os países em desenvolvimento apresentam duas origens bem definidas. A primeira está nos déficits orçamentários resultantes, quase sempre, de um esforço de investimento superior à capacidade nacional de gerar poupanças voluntárias. A segunda está na incompatibilidade das aspirações dos agentes econômicos (trabalhadores, empresas e governo) cujas reivindicações somadas superam a totalidade do Produto Interno Bruto. O déficit gera emissões contínuas e a disputa em torno do PIB, elevações sucessivas de salários, preços e impostos.

Essas duas causas do surto inflacionário são interdependentes no sentido de que uma não pode existir sem a outra. Assim, a disputa em torno do PIB não se manteria sem emissões contínuas que permitam a economia funcionar com preços, salários e impostos em constante crescimento. Da mesma forma, se não houvesse uma incompatibilidade entre as reivindicações dos agentes, o Tesouro Nacional obteria a totalidade dos recursos de que necessita sem precisar de recorrer a emissões.

Temos, assim, duas opções abertas para o combate à inflação: A primeira é do tipo monetarista ou ortodoxo e consiste essencialmente na eliminação do déficit orçamentário. O problema desta é que consegue a parada da inflação através de uma forte e prolongada recessão que destrói a capacidade dos agentes para disputar o PIB. A segunda opção, de tipo heterodoxo, age diretamente nessa disputa, dispensando a terapia recessionista. Seu defeito é que encontra dificuldade em eliminar o déficit orçamentário, o que resulta (em função do tabelamento de preços que acompanha esse modelo) numa inflação reprimida, mais cedo ou mais tarde traduzida em nova alta de preços.

A melhor solução parece ser, portanto, a de atacar ao mesmo tempo as duas origens da espiral de preços. Foi o que procurou fazer o Plano Cruzado, embora com um esforço insuficiente no que concerne ao déficit orçamentário. O Plano Cruzado falhou igualmente ao congelar pura e simplesmente os preços em fevereiro de 1986 (em vez de calcular previamente seus níveis reais médios, conforme recomendava o figurino heterodoxo) e ao não combater, e até patrocinar, a excitação da demanda surgida em 1986.

Como essas não são falhas intrínsecas, pode-se afirmar que, com respeito à inflação, o Presidente tem três opções: uma política ortodoxa pura, uma política heterodoxa pura e uma política mista que, em última análise, consistiria na retomada do Plano Cruzado sem os defeitos que o inviabilizaram.

A recessão resulta tipicamente de uma demanda global insuficiente para absorver a oferta total representada por um PIB em crescimento. A demanda global se decompõe em consumo e investimento. A correção da atual tendência recessiva, poderia, conseqüentemente, ser feita pelo aumento de qualquer dos dois. O aumento do consumo através, por exemplo, de um aumento de salários, tem a desvantagem de trazer de volta a excitação da demanda (parcialmente neutralizada pela aceleração recente da espiral inflacionária), dificultar a elevação da taxa de poupança (reconhecidamente insuficiente para garantir um desenvolvimento em ritmo adequado) e não levar em conta que nossa economia se acha com sua capacidade produtiva praticamente esgotada (o aumento do consumo traria, em função disso, um sério problema de desabastecimento, sem falar no aumento da pressão inflacionária).

O aumento da demanda global, via investimentos, não só não apresenta os problemas acima como significaria a retomada do crescimento da capacidade produtiva nacional. Apresenta, contudo, dois defeitos. Em primeiro lugar, para não prejudicar o esforço antiinflacionário, os investimentos públicos, que comandariam o processo na fase inicial, não poderiam ter como base o aumento do déficit orçamentário. Em segundo lugar, existe uma defasagem entre a decisão de investir e o início dos dispêndios correspondentes. Na prática, isso significaria que as forças recessionistas continuariam a predominar ainda durante algum tempo. Ou seja, o resultado dessa política seria possivelmente limitar a intensidade da recessão em 1987 e eliminá-la totalmente apenas em 1988.

Em suma, quanto à recessão, o Governo tem duas opções: uma de efeitos imediatos mas provisórios, e outra de resultados lentos, apresentando, todavia, maiores possibilidades de permanência.

Portanto, como se vê, a atual conjuntura econômica não é tão complicada como parece à primeira vista. O difícil é garantir os pré-requisitos políticos reclamados pelas estratégias supra-referidas. Felizmente, na política está exatamente o ponto forte do nosso Presidente.